

EDUCAÇÃO DA INFANCIA, HIGIENE DA FAMÍLIA



A MÃE DE FAMÍLIA

E' para estes, que nos compreenderão, que

ARTIGO

**OS SENTIDOS DA
DOCILIDADE: A IMPRENSA
E A REPRESENTAÇÃO
FEMININA NO IMPÉRIO
BRASILEIRO**

Cibele Camargos Pereira

Graduada em História pela Faculdade Saberes.

Karulliny Silverol Siqueira

*Doutora em História (Ufes), professora do
Departamento de Arquivologia da Universidade
Federal do Espírito Santo.*

Resumo

O presente artigo pretende analisar a linguagem que circulava na imprensa do Brasil Imperial acerca da representação feminina. Exploramos nesta abordagem os periódicos “A Mãe de Família”, “O Paiz”, “Revista Ilustrada” e “O Sexo Feminino” traçando a construção do vocabulário que conjugava a inferioridade, a submissão e a fragilidade do feminino. Por meio da investigação acerca dos conceitos e vocábulos utilizados no período, destacamos também a rígida demarcação de funções de gênero que permeava o contexto. Neste sentido, a análise da imprensa identifica a ampliação da participação da mulher na vida pública e, além disso, nos permite explorar a linguagem da emancipação feminina expressa nos jornais da época.

Palavras-chave: Brasil Império, gênero, imprensa.

Almejando traçar a representação feminina no século XIX brasileiro, nos debruçamos sobre a imprensa como locus de debate. Deste modo, objetivamos identificar a construção do vocabulário linguístico que circulava nos periódicos do oitocentos que formularam os padrões de gênero. Considerando a análise das fontes, notamos a vigência de uma noção de inferioridade da mulher em relação ao elemento masculino. Destacamos também, por meio da linguagem, a identificação de um ideário de emancipação feminina, que desafiava a linguagem em vigor.

A fim de compreender os papéis de gênero no período imperial é necessário nos debruçarmos sobre a conjuntura colonial, analisando os espaços ocupados, além dos padrões estéticos e comportamentais impostos às mulheres. Há, neste sentido, uma continuidade nesses aspectos, um prolongamento ao período imperial (século XIX), assim como notamos modificações ao longo dos anos.

Considerando as indicações dadas por Emanuel Araújo (1997, p.45-46), pode-se afirmar que a mulher no Brasil Colonial era constantemente reprimida. Tal prerrogativa era justificada pela condição de superioridade da figura masculina. Nas palavras do autor,

Abstract

This paper intend to analyze the language that circulated in Brazil Empire press about feminine representation. Explore in this approach periodicals “A Mãe de Família”, “O Paiz”, “Revista Ilustrada” and “O Sexo Feminino” identifying the vocabulary that expressed the inferiority, submission and feminine fragility. By means of an investigation about concepts and words utilized in period, highlighted the strict gender roles that permeated the context. In this respect, the press analysis identify the expansion of female participation in public life and, also, allow us explore the emancipation feminine language expressed in newspapers of the time.

Keywords: Brazil Empire, genre, press.

o homem (marido, pai, irmão) no contexto colonial, deveria exercer autoridade no domicílio, sendo como Jesus Cristo no espaço da casa.

A Igreja católica, poderosa instituição na colônia, atuava justificando a submissão e a inibição sexual das mulheres. A figura feminina era associada a Eva, a quem foi imputado, segundo a doutrina, o primeiro pecado da humanidade. Portanto, a mesma deveria ser controlada. O destino das mulheres era a maternidade. Deste modo, afastariam-se da essência de Eva, aproximando-se da de Maria, a mulher que deu a luz casta (ARAÚJO, 1997, p.46 e 522).

Segundo Araújo (1997, p.50), a concepção de que o destino das mulheres era o casamento e a maternidade se refletia na própria educação escolar colonial. O ensino dirigido para as moças divergia do direcionado aos meninos, sendo necessário aprender o mínimo sobre as disciplinas. As meninas que seriam enviadas para o convento aprofundavam-se em latim e música, ao passo que as destinadas ao casamento tinham o ensino restrito ao ler, escrever, contar, costurar, bordar.

Conforme salienta Araújo (1997, p.54), o vestuário feminino configurava um meio de diferenciação e de

conquistar olhares masculinos, na conjuntura do Brasil Colonial. Analisando os vestidos das mulheres era possível perceber, por meio das formas, dos tecidos, do tamanho do decote, a condição financeira e a posição social que ocupavam.

Segunda Lúcia Ferreira (2010, p.7), a condição de recolhimento ao ambiente do lar, imposto à mulher da elite, se transformara com a vinda da Corte ao Brasil (1808). Os avanços da urbanização modificam a sociedade brasileira¹, desse modo, os papéis atribuídos à mulher também reconhecem nova configuração.

Considerando as pesquisas de Norma Telles (1997, p.403), o ideário que permeava a questão da “natureza feminina”, configurado a partir do século XVIII, impõe à mulher dois polos distintos que orientam seu comportamento. Nesse sentido, é reconhecida como “força do bem” quando assume o papel de “maternal e delicada”, ao passo que se conjuga como “potência do mal”, quando “usurpadora de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas”. O destino esperado das mulheres é único, “a reprodução da espécie e sua nutrição”.

De acordo com Maria Ângela D’Incao (1997, p.223 e 228), o século XIX introduz um novo padrão de comportamento à mulher brasileira pertencente à elite. Exaltava-se uma vivência familiar, pautada num laço sólido e composta por uma mulher que zela pelo marido, educa os filhos e isenta-se do trabalho fora do domicílio. Valorizava-se a vida íntima, contudo, a noção de intimidade começa a obter novos contornos, já que a mulher encontra-se sujeita a avaliações. Deste modo, antes reclusa em seu domicílio, a mulher começa a participar de eventos, frequentar cafés, bailes, teatros, compondo uma vida social.

Norma Telles (1997, p.432) considera que, nos anos finais do oitocentos, surge um novo estereótipo

po ligado ao feminino. A ideia de uma “Nova Mulher” permeou as sociedades europeias e norte-americanas naquele período. A mulher começava a negar que seu único destino era o casamento, bem como questionava a obrigatória virgindade, incitando uma certa liberdade sexual; geralmente, estas mulheres haviam experimentado mais oportunidades de estudos e encontravam-se inseridas no mercado de trabalho, construindo carreiras.

Contudo, segundo Telles (1997, p.432 e 434), a “Nova Mulher” começou a enfrentar o rechaço dos jornais, dos livros, dos políticos e dos higienistas, que exaltavam a figura da “antiga mulher”. Neste sentido, no cenário do Brasil oitocentista, as ideias da “Nova Mulher” encontraram extrema resistência. Asseverava-se que o feminino pertencia aos bastidores, já que não estava apto ao campo dos estudos, do trabalho, ou da política. Os escritores do período salientavam que a educação da mulher brasileira deveria privilegiar os assuntos domésticos, vez por outra incrementando em certos assuntos que pudessem torná-la mais atraente para a sociedade.

Roderick Barman (2005, p.78) expõe que no século XIX, as mulheres ocidentais, brancas e pertencentes a famílias privilegiadas financeiramente, destinavam-se ao casamento e à maternidade. O autor afirma que havia um consenso acerca das características que as mulheres não possuíam: “inteligência, conhecimento, força, atenção e dedicação”. Assim como as que se acreditava que o feminino representava: “modéstia, pureza, devoção, abnegação e diligência”.

Barman (2005, p.20) define que a compreensão vigente no século XIX era que as louváveis características femininas só poderiam florescer no espaço da casa, no âmbito privado. Sendo assim, a experiência da vida pública poderia corromper as qualidades do mundo doméstico. Portanto, os homens estavam destinados a cumprir os deveres do mundo do trabalho, das universidades, da política e das posições no campo eclesiástico.

Nesta perspectiva, compreendemos que, neste contexto, ao feminino pertencia a característica de inferioridade ao homem, além da fragilidade física, men-

¹ A transferência da corte para a América Portuguesa inicia um processo, nomeado por Maria Odila Dias, de interiorização da metrópole. Instalaram-se, na Colônia, órgãos essenciais para a administração portuguesa. Ocorrem investimentos no âmbito urbano, envolvendo medidas sanitárias, iluminação do espaço público, construção de estradas, averiguação de navios, controle da entrada de estrangeiros e regularização através de passaportes. Desenvolvem-se projetos para o erguimento de obras públicas, bem como reformam e constroem palácios para a morada de membros da Corte: SLEMIAN, A.; PIMENTA, J. P. G., 2005. p.13.

tal e intelectual. Cabe, neste trabalho, compreender a linguagem que circulava nos periódicos do Brasil Oitocentista, traçando a representação da mulher imperial, segundo a metodologia das linguagens políticas. Logo, vislumbramos evidenciar os vocábulos atribuídos ao sexo feminino, os símbolos que expressam sua condição, seu comportamento. Visto que, consideramos a imprensa como veículo formador e reiterador de ideias.

Desse modo, conforme Pocock, analisamos a linguagem acerca do feminino, presente nos periódicos, como uma expressão do contexto analisado. Ademais, os vocábulos que circulam no jornal, traçando a representação feminina, também assumem papel de moldar e/ou perpetuar os caracteres atribuídos à mulher. Pois, para o autor, “[...] o discurso deve, mais cedo ou mais tarde, fornecer à prática alguns de seus contextos [...]” (POCOCK, 2003, p.61).

“A mulher é inferior ao homem?”

Os debates acerca da inferioridade feminina em relação ao homem compunham o contexto intelectual de finais do século XIX brasileiro. As análises demonstram que a “Revista Ilustrada” abriu espaço para este assunto no mês de março de 1889.

A referida revista era redigida por Angelo Agostini, possuindo escritório e redação situada na Rua Gonçalves Dias, nº 50, Rio de Janeiro. O valor das assinaturas na Corte dividia-se em anual 16\$000; semestral 9\$000; e trimestral 5\$000. Nas demais províncias pagavam-se pela assinatura anual 20\$000, pela semestral 11\$000 e pelo número avulso 1\$000. No ano de 1889 publicavam-se quatro edições mensais, que, geralmente, continham oito páginas. Seu diferencial era apresentar gravuras.

Em artigo intitulado “Com o bello sexo – A mulher é inferior ao homem?”, o escritor propôs a discussão por meio das páginas da revista acerca do assunto. Neste sentido, convidou os leitores a escreverem suas opiniões e enviarem para a publicação nas próximas edições. O jornalista prometeu um prêmio para o melhor artigo (Revista Ilustrada, n.539, 09 mar. 1889). Contudo, a iniciativa pareceu não encontrar adesão perante

os leitores da folha, visto que não observamos, nas próximas edições, a continuidade da proposta. Apenas no número posterior veiculou-se a prometida continuação do artigo iniciado anteriormente.

Deste modo, a seção introduziu o debate propondo que “*uns afirmam que a mulher é socialmente igual ao homem. Outros combatem esse ponto de vista, por todos os meios e com todas as armas, inclusive o ridículo*” (Revista Ilustrada, n.539, 09 mar. 1889). Em seguida, iniciou-se o artigo enviado pelo Visconde de Benalcanfor, visando responder à pergunta “*a mulher é igual ao homem?*”.

O artigo prosseguiu na edição seguinte da revista, ainda buscando responder à complexa dúvida. O autor afirmava que é insuficiente tentar responder à questão, evidenciando episódios em que a mulher se destacou na história, igualando-se ou até mesmo ultrapassando o homem em importância. Para o colaborador, estes casos não igualam em condições homens e mulheres, já que constituem exceções. Avança debatendo a educação para o sexo feminino

Em primeiro lugar [...] pode-se dizer que tais casos são exceções e que estes não constituem regra. Em segundo [...] para educar a mulher, para instruí-la [...] os grandes exemplos e a comparação dessas figuras sublimes da história não seriam mais apropriados, pois não há ninguém que querendo educar a mulher se proponha a fazer dela uma Santa Teresa de Jesus, uma Joana D’ Arc, ou uma Isabel, a católica.

Acentua vivamente o Sr. Moret – principalmente os que não crêem nas vantagens de educar as mulheres, é que *essa educação não vai criar mulheres formosas e sublimes*, que pela sua superioridade demarcada até seriam leveis na vida ordinária, mas apenas aumentar, desenvolver as qualidades preciosas que fazem de *nossas mulheres, de nossas filhas e de nossas irmãs, as companheiras de nossa existência e as depositárias de quanto nobre e elevado o seio da família*.

[...] quando as aspirações e os sentimentos se fundem nos arranques ou da glória da desaspeção, então *as mulheres sentindo como homens e como ele inspirando-se em tudo quanto os rodeia, elevam-se a mesma altura que eles*, mesmo naquelas inconstâncias que parecem

mais difíceis e até contrárias às condições do seu sexo. [...] na nossa raça, no nosso povo, na nossa civilização, quando chegam para nossa glória ou nossa desgraça a hora e sinal da prova, então homens e mulheres respondem de igual modo e não se encontra nem no heroísmo, nem na ciência, nem no talento, nem no sentimento, diferença alguma entre a mulher e o homem (Revista Ilustrada, n.540, 16 mar. 1889).

Desse modo, a partir da análise da linguagem empregada pelo autor, percebemos os vocábulos “*formosas e sublimes*” como integrantes de um padrão que deveria ser almejado pelas mulheres como objetivo de vida. O uso repetido do termo “*nossas*” expõe a condição de posse da mulher em relação ao elemento masculino. O escritor do artigo parece crer que a educação das moças só poderia ser aceita, caso atuasse melhorando as suas qualidades domésticas. O colaborador parece compreender que as mulheres não se encontram na mesma altura dos homens devido às “*condições do seu sexo*”. Ademais, salienta, em tom de sátira, que apenas no juízo final a mulher poderia se igualar ao homem.

A forma que a mulher se apresentava nos espaços de sociabilidade construía sua imagem perante a sociedade imperial. As vestes escolhidas traduziam a condição financeira de suas famílias, assim como seu estado civil. Tal assunto é alvo de sátira do periódico “O Paiz”, na seção “Echos de Toda Parte”.

O jornal era redigido por Quintino Bocaiuva² e seus colaboradores, figura proeminente no movimento republicano da corte. Sua redação localizava-se na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, sendo propriedade de João José dos Reis Júnior. Circulava de segunda a segunda e seus escritos misturavam questões políticas, culturais, econômicas, jurídicas, criminais, entretenimento, além das propagandas, que ocupavam, tradicionalmente, as duas últimas páginas. O valor da assinatura anual da folha, na

2 O Paiz, n.1470, 16 out. 1888. Em seção intitulada O Paiz são apresentadas as felicitações dadas ao periódico pelo seu quarto aniversário. Em trecho de O Diário Popular de São Paulo encontra-se a parabenização acompanhada de homenagem ao jornalista, “O Paiz é Quintino Bocaiuva, esta que é a verdade, e assim é que todos sentem”.

Corte e em Niterói, era de 12\$000, ao passo que nas demais províncias cobravam-se 16\$000, para aquisição do número avulso, investiam-se 40 RS. O periódico expõe, na sua seção dedicada às piadas ligadas ao cotidiano, uma sátira direcionada aos códigos de vestimenta imputados às mulheres: “*Pode-se conhecer a mulher pelo decote que ela usa*. Em geral o decote desce, à proporção que a idade sobe, *quanto mais decota-da está a mulher, mais digna é do nosso respeito*” (O Paiz, n.1305, 03 abri. 1888).

De acordo com a linguagem acima, notamos que existia um consenso: determinava-se a mulher a partir da roupa que ela utilizava. O periodista satiriza o fato das moças mais jovens e solteiras dedicarem-se ao uso de roupas que conferem maior exposição ao corpo, dizendo exatamente o contrário. O autor da piada parece acreditar que o respeito deveria ser direcionado apenas às mulheres mais velhas, que já pertenciam a um marido, e que mantinham o corpo velado.

Percebemos que a mulheres diferentes, regras e pressões diferentes eram impostas. De acordo com Lúcia Ferreira (2010, p.7), a mulher branca, da elite enfrentava uma espécie de clausura no ambiente da casa e pertencia aquele espaço, sendo impedida de circular fora dele. Em contrapartida, as mulheres pobres, assim como as negras cativas possuíam o trabalho como rotina, já que por meio dele articulavam sua sobrevivência.

Assim, o respeito fornecido à mulher da elite não se igualava ao direcionado às pobres e escravas, já que estas apresentavam valor diferente diante da sociedade. Identificamos tal fato verificando o artigo “*Quem o alheio veste...*”, no jornal “O Paiz”. O jornalista descreve um conflito ocorrido nas ruas do Rio de Janeiro, em que um homem tenta cobrar uma dívida de uma mulher negra.

Irritado com a recusa, atirou-se sobre a pobre mulher [...], começou a despi-la, sem a menor consideração pela *moralidade pública*, que, no fim da luta, se viu na dura contingência de fechar os olhos.

Eva, expelida do Paraíso com a conhecida folha de vinha, não se apresentava menos decente que Felismina com um ligeiro paletó de mocim, que pouco abaixo da cintura lhe chegava [...].

[...] imagine também a Felismina a caminhar no meio do povo para o corpo da guarda do paço imperial, onde não foi recebida, e dali para a 5ª estação policial, onde o alferes comandante obrigou João Manuel a entregar-lhe a roupa que lhe arracara, mentendo-os em seguida no xadrez.

Diz uma informação policial que Felismina é *vagabunda e obria* conhecida (O Paiz, n.1502, 17 nov. 1888).

A linguagem utilizada pelo redator naturaliza a brutalidade de que a mulher foi vítima. Utilizando o termo “moralidade pública”, expõe ao leitor que pouco importa a violação sofrida por Felismina, mas sim a situação vexatória a que a sociedade foi submetida ao assistir a moça ser despida. A comparação à figura de Eva, que numa sociedade cristã católica representa o mal inato à mulher (ARAÚJO, 1997, p.46), também desacredita o sofrimento da negra. Ademais, percebemos que suas reivindicações parecem não possuir legitimidade, principalmente porque no fim do artigo o autor afirma que a referida moça era uma prostituta, menos valor ainda possuía.

As brasileiras do século XIX empenhavam-se em serem mulheres dignas, já que era isso que a sociedade às impunha. Partindo dessa premissa, em janeiro de 1879, no Rio de Janeiro, emerge o periódico “A Mãe de Família”. A folha denominava-se como “jornal científico, literário e ilustrado, dedicado à educação da infância e higiene da família”. Apresentava, geralmente, oito páginas, sendo a última dedicada a anúncios sobre moda.

O redator da folha era o médico higienista Dr. Carlos Costa, apresentando outros colaboradores, que, majoritariamente, advinham de profissões da área da saúde. Primeiramente o periódico circulava indeterminadamente e a partir de 1884 inaugura a publicação quinzenal. Desde 1884 o jornal começa a apresentar os valores para uma assinatura anual na corte de 9\$000 e para as demais províncias de 10\$000, já o número avulso custava 500 rs. Juntamente com o jornal, as leitoras recebiam um figurino, incluso no preço citado. Em seu primeiro número, o redator principal esboça as intenções da folha:

A Mãe de Família, dedicado às dignas senhoras, que sendo já ou devendo ser mães de família bem devem compreender o *sublime encargo* que lhes é confiado. Fundado um jornal onde se procurará ensinar tudo quanto se liga à educação física da criança [...] (A Mãe de Família, n.1, jan. 1879).

O jornal emerge em um contexto que, aparentemente, determina que o único destino possível para a mulher é ser mãe de família. Neste sentido, uma série de homens se reúne para ensinar à mulher branca e de elite como obter sucesso em sua sina.

Assim como a maternidade, o matrimônio também constituía um dos principais objetivos da brasileira no século XIX. Portanto, era necessário empreender esforço e dedicação para encontrar um bom marido. As solteironas não eram bem vistas. Neste sentido, o jornal “O Paiz” publica na seção “Echos Fluminenses”, um texto que trata das qualidades femininas capazes de atrair, rapidamente, um bom noivo.

A rapariga que possui tais prendas acha mais facilmente noivo, que por seu turno incha como um peru de roda quando lhe chegam também aos ouvidos estes e outros comentários da *opinião pública*:

— Que belo casamento vai fazer fulano! A noiva é muito *prendada*: canta, toca e pinta maravilhosamente.

Ora o cantar e o tocar são prendas que não podem ser postas em dúvida, porque passam por *provas públicas*, isto é, exibem-se imediatamente (O Paiz, n.1364, 02 jul. 1888).

Analisando a linguagem do trecho da folha, percebemos o termo “prendada” sendo utilizado para expressar uma qualidade que as mulheres deveriam possuir e perseguir para alcançar um dos objetivos primeiros de sua existência: encontrar um marido. Notamos, através da incidência dos termos “opinião pública” e “provas públicas” a frequente validação social a que a mulher estava submetida no contexto imperial. O casal, assim como o ambiente familiar, também era alvo da avaliação atenta da sociedade, posto que qualquer desvio poderia manchar a imagem.

A discussão acerca do matrimônio se refletiu no periódico “A Mãe de Família”, no artigo escrito por Mme. Rossetti, nomeado “Qualidades necessárias à moça para casar”. O casamento é caracterizado como o início da vida da mulher, que precisa preparar-se intelectualmente, fisicamente e moralmente para a união.

A mulher deve ser instruída, principalmente se ela quer ser a *verdadeira amiga, a companheira indispensável de seu marido*. Como poderá ela retê-lo no seio da família se não partilha dos seus trabalhos, se não levanta a sua inteligência a altura da do seu esposo? Não irá ele procurar em outra parte esta companheira da sua inteligência que não encontre em sua própria mulher?

Compreende-se porque os atenienses frequentavam a casa das cortesãs instruídas, letradas, deixando em casa a *esposa virtuosa, porém ignorante*. Não se dá o mesmo em nossos dias?

O homem deveria compreender que a mulher deve ser instruída [...]. Temem eles uma mulher pouco *submissa* nessa mulher instruída e orgulhosa da sua inteligência? Esta, porém, melhor do que qualquer outra saberá apreciar a *superioridade do seu marido* se mostra notável para sua inteligência.

Que a mãe saiba dar a sua filha uma educação sólida, completa, sem receio de torná-la má esposa, mãe indigna, é o meio mais seguro de assegurar-lhe a afeição de seu marido, de fazê-la gostar do lar doméstico, *preservá-la das futilidades* [...] (A Mãe de Família, n.13, 15 jul. 1885).

O jornalista evidencia, através de um tom imperativo, a necessidade da educação intelectual do sexo feminino, a fim de assegurar o sucesso do casamento. O escritor utiliza o termo “companheira indispensável” para lembrar às leitoras a importância de manterem-se úteis e interessantes aos seus esposos.

Percebemos uma linguagem que polariza os vocábulos “virtuosa” e “ignorante”, denotando que os valores morais são irrelevantes às mulheres quando não acompanhados de intelectualidade, desde que essa formação intelectual não ultrapasse a do esposo. Os termos “submissa” e “inferioridade” expressam a posi-

ção que a mulher deve ocupar em relação ao homem.

Os estudos são apresentados como forma de preparar as moças para o ofício de esposas. Também se explora a linguagem que vigorava no período acerca da susceptibilidade feminina às futilidades. Em relação às qualidades físicas que a mulher deveria perseguir, o periodista restringe a um corpo capaz de gerar crianças, sem complicações para saúde.

A participação da mulher, na dinâmica da sociedade imperial, dificilmente assumia destaque, ainda menos em se tratando daquelas que não compunham a elite. Quando o feminino atuava destoando do seu papel de mãe e esposa, diversas opiniões eram levantadas a respeito. Em um dos textos veiculados pela seção “Palestra do Médico”, na folha “A Mãe de Família”, o Dr. Carlos Costa disserta acerca de um *mundo elegante* que compõe a sociedade brasileira, marcado pelo luxo, pela vaidade e pelas futilidades. As mulheres que compõe essa elite fundavam as chamadas “associações beneficentes para socorro mútuo e auxílio dos pobres”.

Que profanação!

Sob o manto da caridade quantas vezes temos visto as tristes consequências da *vaidade* e do *luxo*.

Está a demonstração do que asseveramos nesses anúncios pouco modestos que lemos todos os dias, nos jornais da Corte e Províncias. Ofertas publicamente feitas, donativos, etc; etc; justificam o que dissemos, que *há mais desejo de apresentação* do que íntimo amor ao elevado sentimento de caridade cristã. Que necessidade há que todos saibam quais as senhoras que encarregam desta ou daquela prática filantrópica? (A Mãe de Família, n.15, ago. 1880).

O redator utiliza-se de uma linguagem que empreende a condenação da atitude das envolvidas. O termo “profanação”, presente no âmbito religioso, o qual as caridosas pertencem, endossa a crítica, insinuando um desrespeito ao sagrado. Notamos que, na sociedade imperial, a tentativa das mulheres de se destacarem em algum âmbito não são bem encaradas. As ações são descaracterizadas e avaliadas como meras tentativas de chamar atenção, reitera-

se que o espaço público não pertence ao feminino.

Entretanto, a reclusão no espaço doméstico parecia ser restrita às brasileiras que compunham a elite imperial. A realidade de clausura no domicílio não era compartilhada pelas mulheres livres e com escassos recursos financeiros. Ainda que estas também tenham permanecido distantes da vida pública nas universidades, na imprensa, na literatura, na política. As mulheres pobres precisavam trabalhar fora do lar a fim de articular a sua sobrevivência. Tal fato fica claro ao analisar o artigo “A creche” publicado na folha “A Mãe de Família”.

Nessa perspectiva, no decorrer do texto, o autor advoga pela implantação de creches no Império do Brasil, importando ideias europeias. O jornalista explica a finalidade e a necessidade da instituição, apesar de endossar que ao atribuir funções fora do domicílio compromete a maternidade e as funções da boa esposa. O periodista reconhece que às mulheres “operárias” não cabe a escolha de permanecer no espaço da casa. Ademais, notamos que existiam mulheres que geriam o lar e garantiam o sustento dos filhos sem a figura do marido/pai.

Mas, a despeito dos nossos protestos e dos nossos pesares, a cruel necessidade aqui está: nas famílias operárias a pobre mãe é muitas vezes obrigada a abandonar seus filhos e a trabalhar fora sob pena de ver aparecer em sua mansarda o espectro da fome. Ela vai pois! Mas seus filhinhos? O que lhes sucede? [...] o quadro verdadeiro da cruel necessidade que aflige as pobres famílias e ainda mães indigentes que por si só tem de prover aos meios de subsistência; elas traduzem de modo eloquente a utilidade, a vantagem e a necessidade das creches que eu desejaria ver adotada entre nós (A Mãe de Família, n.1, jan. 1879).

O periódico *A Mãe de Família* ocupa-se em esclarecer que o destino e a melhor conquista para uma mulher é a maternidade. Na seção *Palestra do Médico*, o Dr. Carlos Costa orienta às mulheres grávidas acerca dos cuidados necessários nesse período. O higienista aponta os sinais capazes de determinar a gravidez, argumentando que é

necessário compreender “quais os sinais que denunciam que o papel da mulher neste mundo vai ser preenchido”. Em outro ponto, criticando o uso de coletes durante a gestação, como meio de encobrir o estado, o médico questiona: “Ora, eu não compreendo o motivo porque querem as senhoras casadas ocultar o estado que mais as nobilita” (A Mãe de Família, n.5, mar. 1881).

O futuro da mulher como mãe de família, ocupada com o ambiente doméstico, exigia um preparo de que deveria começar, para um colaborador do jornal “A Mãe de Família”, muito antes do casamento, ainda na infância. Felix Ferreira disserta acerca da educação das moças solteiras

As filhas já moças são as intendentas da casa e as professoras dos irmãos mais novos, aos quais devem dar as primeiras lições de leitura e ensinar a obediência e a polidez; assim é que se vai fazendo a aprendizagem da mãe de família.

A boneca é a primeira discípula, o irmãozinho o segundo. Por este modo é que se vai obtendo a *ciência da vida doméstica, fim supremo da educação da mulher*.

O exemplo materno é que nos leciona o *papel* que temos que desempenhar mais tarde; ele nos ensina a ser *terna* para com os filhos, *desvelada* para com o marido, *sincera* para com os amigos, *boa* para com os servidores e *modesta* para com a sociedade. É uma bela e proveitosa escola dos *deveres maternos*, essa que nos oferece a criação de um irmãozinho (A Mãe de Família, n.5, mar. 1881).

A linguagem utilizada pelo redator do jornal nos fornece a compreensão acerca do vocabulário que conjuga a representação feminina. O papel do feminino na sociedade imperial é perfeitamente preenchido quando a mulher apresenta os adjetivos descritos: terna, desvelada, sincera, modesta, boa.

Em outra edição, a folha *A Mãe de Família* apresenta os adjetivos que conferem o contraste entre os gêneros na sociedade brasileira do século XIX. O autor do artigo compreende que homens e mulheres apresentam instintos naturais, que os tornam aptos para desempenhar determinadas tarefas e deveres.

Analisando o texto do periodista, destacamos os vocábulos que compõem o arcabouço linguístico feminino e masculino. Desse modo, ao sexo feminino o caráter: amoroso, acessível e afetuoso. Ao passo que, ao sexo masculino o caráter: selvagem, aventureiro e enérgico (A Mãe de Família, n.10, 31 mai. 1886).

As discussões acerca da capacidade intelectual das moças, bem como do seu papel social permeavam os debates sobre a importância da educação escolar dirigida a elas. O jornal *A Mãe de Família* fazia intensa campanha a respeito da necessidade de educar as jovens brasileiras. Para o colaborador Felix Ferreira, a educação “corrigiria a excessiva mobilidade e a grande sensibilidade que predominam na maior parte das mulheres” (A Mãe de Família, n.15, ago. 1880).

Ademais, em outra edição do referido periódico higienista, foi veiculado que os deveres da mulher como filha, esposa, mãe, e as vezes como professora, careciam de instrução. Neste sentido, o autor adverte acerca dos perigos de fornecer às moças uma educação negligente, conduzindo-as à “ vaidade dos adornos, à vaidade nas prendas” (A Mãe de Família, n.7, abr. 1879).

A linguagem da folha também pontua as benesses advindas da boa educação em que o feminino “sabendo preencher as funções de boa dona de casa, a mulher sabe também prestar-se às exigências e às elegâncias da sociedade”. O periodista, utilizando o tom imperativo, opõe as características que as mulheres deveriam repudiar e perseguir (A Mãe de Família, n.7, abr. 1879).

Nota-se, por meio da investigação da sua linguagem, que o jornal apresenta um posicionamento diferente a respeito da educação para mulheres. Contudo, apesar da folha ser favorável à instrução das moças, os objetivos dessa instrução reiteram o consenso acerca do papel feminino na sociedade. O ensino deve privilegiar a formação de esposas que entretendam e mantenham o marido em casa, de mães aptas para enfrentar qualquer situação, de mulheres que perante a sociedade sejam modestas, evitando que se aproximem dos luxos e vaidades, de mulheres que perante o ócio, não prejudiquem suas condições mentais.

Neste sentido, destacamos que a linguagem exposta pela folha pertence ao conjunto de ideias que

circulavam no contexto imperial acerca da instrução feminina. Segundo o estudo de Elda Alvarenga (2018, p.85), as salas de aula das moças apresentavam precariedade, e o interesse em educar as mulheres residia na crença da “capacidade civilizatória” da educação.

A autora orienta que, o currículo feminino divergia sensivelmente do masculino. Os saberes direcionados às estudantes eram “as prendas domésticas e ensinamentos de civilidade moral que objetivavam a formação do modelo ideal de mulher prezada e moralmente adequada aos princípios do catolicismo” (ALVARENGA, 2018, p.85).

Acerca da temática da instrução feminina no Brasil oitocentista, destacamos também o artigo “Educação das meninas”, publicado no jornal “O Paiz”. O redator da folha recomenda um novo colégio fundado na província do Rio de Janeiro, elogiando a capacidade das diretoras da instituição:

[...] folgamos de poder recomendar o excelente colégio, fundado recentemente, na cidade de Vassouras e dirigido por três dignas senhoras Calvets, três moças dedicadas à profissão que adotaram e para qual estavam naturalmente preparadas, não somente pela sua instrução, como principalmente pelo seu caráter, *natural afabilidade, bom espírito religioso*, distinção de maneiras e *brandura de gênio*, qualidades essenciais para bem dirigir a educação da infância, sobretudo a do sexo feminino, cujo temperamento deve ser, desde o principio, cultivado sob a influência da *docilidade* e do mais respeitoso escrúpulo às regras do *pudor* e da *moralidade*. (O Paiz, n.1186, 05 jan. 1888).

Identificamos, a partir do vocabulário exposto na folha “A Mãe de Família”, a rígida demarcação de papéis de gênero que vigorava na sociedade imperial:

A mulher exerce na família um papel dominante por sua *dedicação*, por sua *ternura* e viva *sensibilidade*; ela representa a *afeição*, a *simpatia*, a *confiança*, a *coragem*, a *consolação*, a *vigilância*, a *ordem*, a *economia* e a *moralidade*. É ela quem *instrui, educa e forma o caráter da criança*, deixando *ao homem as ambições da consideração da*

autoridade, e da *fortuna*, que ele procura para os entes que lhe são mais caros e nos quais coloca suas esperanças e felicidade (A Mãe de Família, n.13, jul. 1879).

A partir dos vocábulos destacados na análise da linguagem empregada nos periódicos do período imperial, definimos os aspectos que compreendiam a representação do elemento feminino na conjuntura do século XIX brasileiro. Considerando Roger Chartier (2011, p.22), concebemos a representação como uma “construção do mundo social, por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais e o exercício da dominação”.

Sendo assim, percebemos um exercício de dominação sendo dirigido do elemento masculino ao feminino. O homem do século XIX brasileiro, na condição de superior, constrói e ressalta uma inferioridade pertencente à mulher. O feminino é sujeito à violência simbólica, reconhecido como submisso.

A “racional emancipação da mulher”

A conjuntura de inferioridade e reclusão enfrentada pelas brasileiras do oitocentos começa a assumir novos contornos em meados do século. Neste sentido, Angela Alonso (2002, p.275) aponta que “as mudanças sociopolíticas dos anos 1870 tinham acentuado a urbanização, ampliado o acesso ao ensino superior e concentrado a população com recursos nas maiores cidades do Império”. Em detrimento da ampliação dos espaços públicos de sociabilidade, também reconhecemos a democratização da imprensa.

Acerca da participação feminina da sociedade imperial, Eni Mesquita Samara (1992, p.171) define que a realidade de reclusão no domicílio correspondia exclusivamente à mulher de elite. Para a autora, as mulheres pobres encontravam cada vez mais espaço no mercado de trabalho ao longo do século XIX. Samara norteia os casos em que as mulheres, sendo solteiras, casadas e abandonadas pelos maridos ou viúvas, assumiram a

posição de chefes de família, sendo responsáveis pelo sustento e regras da casa.

Discutimos também a atuação da mulher em questões sociais e políticas da sociedade imperial, neste caso, ressaltamos o movimento abolicionista. Segundo Norma Telles (1997, p.415), as mulheres da elite compunham sociedades e clubes abolicionistas. Apoiadas por homens, sendo maridos, irmãos ou pais, trabalhavam em favor da causa, por vezes chegaram a publicar opiniões em jornais e até mesmo discursar em eventos pela emancipação dos escravos. As artistas destacaram-se, promovendo espetáculos voltados para a libertação do cativo.

Sendo assim, Angela Alonso (2012, p.116) define que a entrada das mulheres no movimento abolicionista ocorreu de modo estratificado. Não houve uma consolidação feminina em favor da causa, três meios podem ser traçados: a filantropia; acompanhada de homens da família; ou proveniente do meio artístico, sendo vinculadas às famílias menos patriarcais. Entretanto, Alonso (2012, p.117) assevera que a “participação é diferente de igualdade e abolicionismo não é feminismo. A hierarquia de gênero, marcadíssima na sociedade imperial, irrompia no movimento, com juízos moralistas de certos ativistas”.

No campo da imprensa, os estudos de Maria Araújo (2008, p.72 e 79) explicitam a pluralidade de periódicos inaugurados por mulheres no século XIX brasileiro. A autora orienta acerca do papel da imprensa feminina na constituição de uma rede de comunicação entre as escritoras brasileiras, que pressionavam a ordem e moldavam uma nova identidade feminina.

Deste modo, a emergência da publicação periódica por mulheres, relacionava-se, conforme Muzart (2003, p.226), com os anseios das mulheres da elite letada de alcançar direitos. Sendo assim, segundo a autora, o feminino se manifestara pelo direito à educação, à profissão, e posteriormente, ao voto.

Neste contexto de extensão do domicílio, aumento dos espaços urbanos de sociabilidade e que a mulher começara a obter maior circulação social, emerge “O Sexo Feminino”. No ano de 1873, na cidade de Campanha - Minas Gerais, a redatora D. Francisca Senhorinha

da Motta Diniz, inicia a publicação do “semanário dedicado aos interesses da mulher”. Apesar de afirmar que os números saíam semanalmente, tal fato não se concretizou.

O valor das assinaturas correspondia a 5\$000 por ano, e 2\$500 por semestre. Ademais, uma frase de Aime Martin destaca-se no cabeçalho de todas as edições: “É pelo intermédio da mulher que a natureza escreve no coração do homem” (O Sexo Feminino, n.1, 07 set. 1873).

No entanto, a partir do ano de 1875, a folha transfere-se para a Corte. A redatora do jornal não esclarece o motivo da mudança, apenas comemora o caso. A partir de então, cobra-se na Corte, pela assinatura anual 10\$000, semestral 5\$000, trimestral 3\$000, mensal 1\$000. Ao passo que nas províncias, o valor anual é 12\$000, semestral 6\$000, trimestral 3\$500. A estrutura do jornal fora alterada, publicando mais poesias, folhetins e propagandas em suas páginas.

Em princípio, esclarecemos que o ideário propagado nas páginas do periódico em destaque se relaciona com o contexto de efervescência da linguagem de emancipação feminina na sociedade imperial. Conforme salienta Maria da Conceição Pinheiro Araújo (2008, p.73), a partir de meados do século XIX emergem organizações que pleiteavam o direito “à instrução e ao voto”.

Nesta perspectiva, evidenciamos o caso do Recife, a partir dos estudos de Alcileide Nascimento e Noemia da Luz (2014, p.346). As autoras norteiam a inauguração das discussões acerca da “questão da mulher” na imprensa, a partir da insatisfação de determinadas mulheres “com sua condição de subalternidade e inferioridade frente aos homens”. O percurso traçado nas tipografias recebera apoio masculino.

Ainda assim, destacamos que a redatora d’O Sexo feminino demonstrava estar ciente do rechaço que poderia sofrer por parte da sociedade imperial, ao publicar um jornal que incitava a emancipação feminina. Em seu primeiro número, a periodista disserta acerca do impacto do nascimento da folha:

Zombem muito embora *os pessimistas* do aparecimento de um novo órgão na imprensa – O Sexo Feminino; *tapem os olhos os indiferentes para não verem*

a luz do progresso, que qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, *rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso; rião os curiosos* seu riso sardônico de reprovação à ideia que ora surge, brilhantemente no horizonte da cidade da Campanha; *agourem* bem ou mal o nascimento, vida e morte do Sexo Feminino; *persigam os retrógrados* com seus ditérios de chufa e mofa nossas conterrâneas, *chamando-as de utopistas: O Sexo Feminino aparece, há de lutar, e lutar até morrer: morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido* (O Sexo Feminino, n.1, 07 set. 1873)

De acordo com a linguagem acima, é possível perceber que o consenso acerca do papel feminino limitava as expectativas da mulher na sociedade imperial. Francisca Diniz apresenta um vocabulário orientado por uma visão evolucionista e progressista, em voga no período³. Utilizando os vocábulos “progresso e retrógrados”, a redatora utiliza o conjunto de ideias que permeavam o mundo intelectual da época para propagandar a emancipação feminina no Brasil Imperial.

Desse modo, é importante ressaltar que as ideias propagandeadas por Francisca Diniz representavam uma novidade. A periodista discorda do espaço ocupado pelo feminino, bem como acusa o masculino de esforçar-se para diminuir a mulher e reduzir sua proeminência.

A mulher, pertencente ao sexo frágil, como é denominada pela onipotência do homem, é um móvel, um brinquedo, que o capricho de qualquer estoico *coloca no canto da casa ou atira barbaramente à última escala social*. Vedada da instrução, que a perspicácia masculina tem julgado incompatível com o sexo, inconsciente de seus direitos, ela, *qual cordeiro humilde, deixa subjugar-se e esmagar-se* pela manopla de ferro de qualquer bárbaro.

³ “As últimas décadas do século XIX brasileiro foram marcadas por intensa circulação de teorias estrangeiras ligadas à ciência, ao progresso e ao pensamento de evolução, o que compunha uma nova linguagem e cultura política baseada na superação do regime político” (SIQUEIRA, 2016, p.101-102).

Que papel representa a mulher na sociedade?

Quando filha, quando mãe, esposa ou viúva, *sempre manietada, oprimida e dominada desde o primeiro até o último homem*.

Quando os olhos do espírito culto de todas as mulheres virem as injustiças, o cruel domínio e a postergação de direitos de que somos vítimas, então o nosso triunfo será completo, porque formaremos uma cruzada que tudo vencerá.

Principiemos a reagir contra o *despotismo do homem*, e o primeiro passo seja esse, habituando-nos a vir a imprensa exprimir nossos posicionamentos. Pela discussão persuadiremos, e conquistaremos palmo a palmo o terreno que nos roubaram, seremos, um dia, *independentes e felizes* (O Sexo Feminino, n.2, 14 set. 1873).

De acordo com a linguagem acima, percebemos a existência de um projeto, por parte da redatora, de unir mulheres pela causa da emancipação. É notável o surgimento de um novo vocabulário que conjuga o ser mulher, a partir dos vocábulos destacados. Estes são utilizados na tentativa de esclarecer e denunciar às moças a injusta condição a que estão submetidas. Um novo conceito é introduzido no universo feminino, o ideal da independência.

O objetivo definido pela folha era propagandar termos como: emancipação, educação, instrução, ilustração e regeneração do sexo feminino (O Sexo Feminino, n.45, 07 set. 1874). Os vocábulos destacados evidenciam a audácia do periódico, já que almejava romper com uma sólida representação feminina. O arcabouço linguístico que conjuga o feminino é pressionado por novas ideias, pelo anseio da emancipação.

Divulga-se uma linguagem que denuncia a situação de “humilhação” a que a mulher encontrava-se submetida, bem como se promovendo o incentivo para que as “débeis vozes” comecem a ser ouvidas. Desse modo, as queixas da folha denotam um novo vocabulário linguístico, permeado pelas palavras “oprimida, escarnecida, ludibriada, semimorta”, compondo o âmbito feminino no século XIX (O Sexo Feminino, n.1, 22 jul. 1875).

Por meio desta investigação percebe-se que a redatora considera o século XIX como o “Século das Luzes, século, em que, como diz Flamarion, temos de ver a verdadeira soberania da inteligência, não é mais permitida a *escravidão da mulher*” (O Sexo Feminino, n.8, 18 ago. 1889). Diniz propõe “a harmônica igualdade de direitos e autonomia social” (O Sexo Feminino, n.5, 06 jul. 1889).

As denúncias veiculadas na linguagem da folha atacavam diretamente a tradicional sociedade imperial. Expunham que a condição que a mulher ocupava na sociedade significava “o grau de civilização de um povo, e é o reflexo do lar doméstico, porque a família é a molécula social; onde a mulher é rainha, a sociedade é culta, onde a mulher é escrava, é bárbara a sociedade” (O Sexo Feminino, n.2, 09 jun. 1889).

A ruptura com os padrões de sua contemporaneidade é significativa, contudo, a unanimidade acerca do destino do feminino, no Brasil oitocentista, perdura. A folha, “O Sexo Feminino”, questiona que a condição de subjugação e submissão da mulher afeta a “educação dos filhos; problema confinado só a ela pelo próprio Deus” (O Sexo Feminino, n.1, 22 jul. 1875).

Ainda percebemos que o vocabulário de demarcação de certos papéis de gênero também persiste na linguagem da folha, já que a redatora defende a “racional emancipação da mulher”. Diniz aponta que “na mulher predominam as graças, a delicadeza, a beleza, a abnegação, a caridade, o afeto, a energia, a sinceridade e o amor”. Em contrapartida, “no homem, a força, a robustez, a autocracia e o egoísmo. O homem fala eloquentemente, a mulher ternamente [...]” (O Sexo Feminino, n.7, 31 jul. 1889).

O vocabulário emitido pela folha desafiava a linguagem vigente na sociedade imperial, ao propor uma nova representação feminina. Ainda que o jornal apresente termos que coincidam com o arcabouço linguístico que determina os papéis de gênero no contexto, as novas ideias da emancipação feminina auxiliam na desestruturação da tradicional sociedade imperial.

Considerações finais

A análise dos periódicos do século XIX brasileiro, por meio da metodologia das linguagens políticas, forneceu a compreensão dos elementos que configuravam o universo da feminilidade. Notamos que a imprensa funcionava como um instrumento determinante e instrutivo acerca do comportamento feminino na sociedade oitocentista brasileira.

Ademais, constatamos que apesar de exceções surgirem na dinâmica da vida pública imperial, a maioria das mulheres não dispôs de espaço para fazer ecoar sua voz. A exclusão do elemento feminino delineou-se como um projeto que marcava as leis, os sermões cristão-católicos, a imprensa e o convívio familiar. Sendo assim, o ideário da emancipação feminina que começava a ser introduzido naquele contexto representou uma novidade. E ainda asseveramos que, provavelmente, não conheceu muitos adeptos, nem foi bem recebido.

Considerando a sólida representação e os padrões estabelecidos ao feminino, o novo arcabouço linguístico da emancipação das mulheres se inscreveu na sociedade imperial, contudo, não atingiu espaços longínquos. As mulheres que compunham a elite provavelmente receberam as novas ideias, todavia, é válido ressaltar que expor novos ideais não significa conseguir adeptos à defesa da emancipação feminina. Baseando-nos nas proposições da metodologia que destaca a análise das linguagens políticas, é possível constatar que a redatora d'O Sexo Feminino emite um *lance* que não se estabeleceu como *parole* (POCOCK, 2003, p.31).

Destacamos a vigência de um vocabulário linguístico que determinava a submissão e a inferioridade do feminino, em todas as instâncias. Deste modo, constatamos que o século XIX foi palco para uma ampliação da participação feminina na esfera pública brasileira. No entanto, apesar dos esforços da linguagem emancipacionista, a cultura que propagava as fragilidades do denominado sexo gentil perdeu.

Referências

Fontes

A Mãe de Família - O Paiz - O Sexo Feminino - Revista Ilustrada

Bibliografia

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. *Tempo Social*. São Paulo, n.2, p. 101-122, 2012.

ARAUJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: Del Priore, Mary. (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

BARMAM, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da noção de Representação. *Fronteiras*. Dourados, n.4, p.15-29, 2011.

D'INCAO, Maria Angela. Mulher e família burguesa. In: Del Priore, Mary. (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

FERREIRA, Lúcia. M. A. Representações da sociabilidade feminina na imprensa do século XIX. *Fênix*. Rio de Janeiro, n.4, p.1-16, 2010.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SAMARA, Eni Mesquita. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *Anuário del IEHS. Tandil*, n.7, p.167-179, 1992.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Império das Repúblicas: Projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *A Corte e o mundo: Uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: Del Priore, M. (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.